



Parecer

Após leitura da proposta remetida pelo grupo parlamentar do Bloco de Esquerda dos Açores para criação de uma Companhia de Teatro nos Açores, cabe-me chegar às seguintes conclusões:

1 – A criação de estruturas profissionais de teatro ou outras artes performativas é sem dúvida uma necessidade da RAA no âmbito de uma maior divulgação, criação e acesso a bens culturais numa abordagem mais universalista e inclusiva da população local e simultaneamente sendo capaz de projetar a própria região num plano nacional e internacional.

2 – A criação de uma estrutura única, controlada pelo estado, neste caso a região, causa-nos sérias dúvidas. A dotação orçamental necessária para manter uma estrutura com essa dimensão, única num arquipélago com o território disperso por 9 ilhas, a burocracia inerente as estas estruturas estatais (vide casos dos Teatros Nacionais), entre outros fatores não abonatórios para a existência destas estruturas em meios de recursos limitados, quando existem estratégias mais eficazes para uma maior descentralização dos meios de produção e criação para fruição de bens culturais por parte das comunidades que compõe a RAA, levam-nos por princípio discordar desta proposta.

3 – Parece-nos mais coerente a adoção de uma maior dotação orçamental para alocação de meios físicos e humanos por parte da DRC para concretização de algumas propostas já existentes e sugerimos, crendo não estar muito estando demasiado distantes do que propõe a DRC para a sua estratégia para as artes cénicas, uma estratégia cultural concertada entre os municípios, o Governo Regional e o Governo Central, e focada, por exemplo:

- Na criação parcerias de circulação não só dentro da RAA mas também no território continental e RAM.
- Na criação/integração numa rede de estruturas de criação provenientes de regiões ultraperiféricas da EU e conseqüente circulação/intercambio de abordagens, linguagens e culturas.
- Na criação de uma rede de oferta formativa em todas as ilhas na área das artes performativas
- Na promoção das ditas artes nas escolas, integrando-as nos currículos e promovendo o seu acesso por parte de crianças e adolescentes
- Na criação de ensino profissional de Artes e Ofícios do Espetáculo, numa ou mais ilhas, à semelhança do que acontece no território continental e na RAM.
- No apoio ativo à criação de novas estruturas profissionais capazes de responder mais eficazmente à dispersão territorial e de apostarem numa maior variedade de linguagens: marionetas, máscara,



texto, mímica, pantomima, dança, cruzamentos interdisciplinares, criando facilidade de acesso a espaços, equipamentos e circulação.

- Na criação, em conjunto com a DGArtes, de pacotes de apoio destinados especificamente às RA, em virtude do descaso em que o Governo Central as deixou em matéria de articulação de políticas culturais, nomeadamente durante o processo de descentralização cultural e criação de públicos em regiões periféricas, ao longo de 40 anos.

Não havendo, para já, mais nada a acrescentar ficam aqui os nossos melhores cumprimentos,

Ana Brum
(Pela Direção Artística da Cães do Mar)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada: 1030	Proc. n.º 105
Data: 020/04/20	N.º 53/11



Parecer

Após leitura da proposta remetida pelo grupo parlamentar do Bloco de Esquerda dos Açores para criação de uma Companhia de Teatro nos Açores, cabe-me chegar às seguintes conclusões:

1 – A criação de estruturas profissionais de teatro ou outras artes performativas é sem dúvida uma necessidade da RAA no âmbito de uma maior divulgação, criação e acesso a bens culturais numa abordagem mais universalista e inclusiva da população local e simultaneamente sendo capaz de projetar a própria região num plano nacional e internacional.

2 – A criação de uma estrutura única, controlada pelo estado, neste caso a região, causa-nos sérias dúvidas. A dotação orçamental necessária para manter uma estrutura com essa dimensão, única num arquipélago com o território disperso por 9 ilhas, a burocracia inerente as estas estruturas estatais (vide casos dos Teatros Nacionais), entre outros fatores não abonatórios para a existência destas estruturas em meios de recursos limitados, quando existem estratégias mais eficazes para uma maior descentralização dos meios de produção e criação para fruição de bens culturais por parte das comunidades que compõe a RAA, levam-nos por princípio discordar desta proposta.

3– Parece-nos mais coerente a adoção de uma maior dotação orçamental para alocação de meios físicos e humanos por parte da DRC para concretização de algumas propostas já existentes e sugerimos, crendo não estar muito estando demasiado distantes do que propõe a DRC para a sua estratégia para as artes cénicas, uma estratégia cultural concertada entre os municípios, o Governo Regional e o Governo Central, e focada, por exemplo:

- Na criação parcerias de circulação não só dentro da RAA mas também no território continental e RAM.
- Na criação/integração numa rede de estruturas de criação provenientes de regiões ultraperiféricas da EU e conseqüente circulação/intercambio de abordagens, linguagens e culturas.
- Na criação de uma rede de oferta formativa em todas as ilhas na área das artes performativas
- Na promoção das ditas artes nas escolas, integrando-as nos currículos e promovendo o seu acesso por parte de crianças e adolescentes
- Na criação de ensino profissional de Artes e Ofícios do Espetáculo, numa ou mais ilhas, à semelhança do que acontece no território continental e na RAM.
- No apoio ativo à criação de novas estruturas profissionais capazes de responder mais eficazmente à dispersão territorial e de apostarem numa maior variedade de linguagens: marionetas, máscara,



texto, mímica, pantomima, dança, cruzamentos interdisciplinares, criando facilidade de acesso a espaços, equipamentos e circulação.

- Na criação, em conjunto com a DGArtes, de pacotes de apoio destinados especificamente às RA, em virtude do descaso em que o Governo Central as deixou em matéria de articulação de políticas culturais, nomeadamente durante o processo de descentralização cultural e criação de públicos em regiões periféricas, ao longo de 40 anos.

Não havendo, para já, mais nada a acrescentar ficam aqui os nossos melhores cumprimentos,

Ana Brum
(Pela Direção Artística da Cães do Mar)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada: 1030	Proc. n.º 105
Data: 020/04/20	N.º 53/20